

FICHAS DOS INDICADORES

Indicador	Quantidade de benefícios previdenciários e assistenciais ativos em dezembro
Conceituação	Quantidade de benefícios mantido em folha para pagamento no mês de competência
Interpretação	Quantidade de benefícios pagos no mês de competência
Usos	Dimensão da Previdência Social em termos da quantidade de benefícios pagos mensalmente
Limitações	Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Estoque de Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computado no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário-Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	Somatório da quantidade de todas as espécies de benefícios mantidos, com posição em dezembro de cada ano
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana e rural), sexo e Unidades da Federação. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares).
Notas/Observações	

Indicador	Quantidade contribuintes previdenciários
Conceituação	Quantidade de pessoas que contribuem para a Previdência Social em qualquer regime (RGPS, RPPS ou SPSM)
Interpretação	Quantidade de pessoas que contribuem para a Previdência Social em qualquer regime (RGPS, RPPS ou SPSM)
Usos	Dimensão da Previdência Social em termos da quantidade de contribuintes ao sistema
Limitações	Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	Em relação ao RGPS, a quantidade de contribuintes corresponde à quantidade média mensal de contribuintes no ano.
Categorias sugeridas	Regime previdenciário (RGPS, RPPS e SPSM); Entes federativos (União, Estados e DF, Municípios para o RPPS; União, Estados e DF para o SPSM); Categoria de contribuinte do RGPS.
Notas/Observações	

Indicador	Estimativa da quantidade média mensal de cotas do Salário-Família paga indiretamente
Conceituação	Quantidade média mensal de cotas do Salário-Família paga indiretamente pelo INSS. Os benefícios, quando concedidos a segurados empregados ou equiparados, são pagos diretamente pelos empregadores (no caso de empregados, inclusive os domésticos) e pelos sindicatos ou órgãos gestores de mão-de-obra (no caso de trabalhadores avulsos). Os benefícios do Salário-Família pagos deixam de ser computados no estoque e na despesa previdenciária, pois os dispêndios, feitos por empresas e outros órgãos responsáveis pela concessão, são devolvidos pela Previdência Social sob a forma de descontos nas guias de recolhimentos previdenciários.
Interpretação	Os valores representam a quantidade de cotas médias mensais pagas, e não a quantidade de segurados ou de crianças beneficiadas
Usos	Quantificar o total de benefícios ativos do Salário-Família
Limitações	O cálculo é feito indiretamente a partir da divisão da despesa pelo valor do benefício. Em alguns períodos existiram mais de um valor de renda elegível e, portanto, mais de um valor do benefício.
Fontes	Datamart/CNIS
Método de cálculo	Estimado a partir de sua despesa anual agregada e dos valores das cotas mensais vigentes
Categorias sugeridas	Somente série histórica anual.
Notas/Observações	

Indicador	Quantidade anual de Salários-Maternidade concedidos pelo RGPS
Conceituação	Concessão direta (INSS) e indireta (empresas) do Salário Maternidade do RGPS. Os benefícios, quando concedidos a segurados empregados ou equiparados, são pagos diretamente pelos empregadores (no caso de empregados, inclusive os domésticos) e pelos sindicatos ou órgãos gestores de mão-de-obra (no caso de trabalhadores avulsos).
Interpretação	Quantitativo de benefícios concedidos pelo RGPS
Usos	Quantificar o total de benefícios do Salário-Maternidade concedidos pelo RGPS
Limitações	
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	Soma das quantidades do Salário-Maternidade concedidas pelo INSS e pelas empresas
Categorias sugeridas	Somente série histórica anual.
Notas/Observações	

Indicador	Taxa de concessão do Salário-Maternidade em relação aos nascidos vivos no ano
Conceituação	Relação entre o número de concessões do Salário-Maternidade pelo INSS e o número de nascidos vivos no ano
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior é a proteção social oferecida pelo RGPS aos nascidos vivos
Usos	Avaliar o grau de cobertura do benefício do Salário-Maternidade concedido pelo INSS sobre o total de nascidos vivos no país

Limitações	Nem toda licença-maternidade corresponde a um novo nascimento no ano, pois há outros motivos que respaldam as concessões como, por exemplo, no caso de adoção.
Fontes	Para os dados referentes à concessão do Salário-Maternidade: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). Para os dados referentes aos nascidos vivos: SINASC/DataSUS.
Método de cálculo	Razão entre a quantidade de Salário Maternidade concedida direta ou indiretamente pelo INSS e a quantidade de nascidos vivos
Categorias sugeridas	Somente série histórica anual.
Notas/Observações	

Indicador	Taxa de cobertura previdenciária dos ocupados de 16 a 64 anos
Conceituação	Proporção de ocupados contribuintes obrigatórios da previdência, em qualquer regime
Interpretação	Quanto maior a taxa, maior é a proporção de trabalhadores que recolhem contribuição para a previdência.
Usos	Avaliar o grau de formalidade da população em idade ativa ocupada.
Limitações	A PNADC não permite captar contribuições facultativas. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$[(n^{\circ} \text{ de ocupados contribuintes de 16 a 64 anos}) / (n^{\circ} \text{ de ocupados de 16 a 64 anos})] \times 100$
Categorias sugeridas	Décimos da distribuição da renda domiciliar per capita; posição na ocupação no trabalho principal; atividade econômica; sexo; raça/cor; faixa etária; UF; grandes regiões; Brasil.
Notas/Observações	

Indicador	Taxa de cobertura social dos ocupados de 16 a 64 anos
Conceituação	Razão entre a quantidade de pessoas entre 16 e 64 anos de idade ocupadas que é: contribuinte em qualquer regime previdenciário, ou Segurado Especial ou trabalhador rural equiparado do RGPS, ou ocupados que recebem benefícios (inclusive BPC/LOAS) em relação ao total de pessoas ocupadas.
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior é a parcela das pessoas ocupadas em idade ativa que estão protegidas pela Previdência Social
Usos	Avaliar o grau de proteção social fornecido pela Previdência Social aos trabalhadores ocupados em idade ativa
Limitações	O método de cálculo desconsidera os ocupados que não contribuem, mas que estão cobertos por manterem a qualidade de segurados. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações.
Fontes	PNADC/IBGE

Método de cálculo	$\left[\frac{((n^{\circ} \text{ de contribuintes não-beneficiários de 16 a 64 anos} + n^{\circ} \text{ de segurados especiais de 16 a 64 anos} + n^{\circ} \text{ de beneficiários de 16 a 64 anos))}{(n^{\circ} \text{ de ocupados de 16 a 64 anos)}} \right] \times 100$
Categorias sugeridas	Décimos da distribuição da renda domiciliar per capita; posição na ocupação no trabalho principal; atividade econômica; sexo; raça/cor; faixa etária; UF; grandes regiões; Brasil.
Notas/Observações	Existe na literatura um indicador relacionado a esse que mensura a proporção de pessoas economicamente ativas que são socialmente protegidas. No entanto, as fontes de informações nacionais não permitem esse cálculo, pois as pesquisas amostrais de trabalho e rendimento atuais não coletam informações sobre a contribuição previdenciária de pessoas desocupadas.

Indicador	Taxa de cobertura social dos idosos de 65 anos ou mais
Conceituação	Proporção de idosos socialmente cobertos pela Previdência Social, seja pela contribuição efetiva, pela atividade como Segurados Especiais ou pela condição de beneficiários
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior é a parcela da população idosa que está protegida pela Previdência Social
Usos	Avaliar o grau de proteção social fornecido pela Previdência Social aos idosos de 65 anos ou mais
Limitações	Como a PNADC não identifica o regime previdenciário pagador dos benefícios, não há como diferenciar adequadamente os benefícios do RGPS e dos RPPS; diferenciar as clientela rural e urbana do RGPS; e identificar adequadamente os beneficiários de benefícios assistenciais. Tampouco é possível diferenciar os beneficiários com benefícios próprios (aposentados) dos beneficiários por dependência (pensão por morte). A informação está baseada na "semana de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$\left[\frac{((n^{\circ} \text{ de contribuintes não-beneficiários com 65 anos ou mais} + n^{\circ} \text{ de segurados especiais com 65 anos ou mais} + n^{\circ} \text{ de beneficiários com 65 anos ou mais))}{(n^{\circ} \text{ de pessoas com 65 anos ou mais)}} \right] \times 100$
Categorias sugeridas	Décimos da distribuição da renda domiciliar per capita; posição na ocupação no trabalho principal; atividade econômica; sexo; raça/cor; faixa etária; UF; grandes regiões; Brasil.
Notas/Observações	

Indicador	Valor nominal médio dos benefícios previdenciários e assistenciais
Conceituação	
Interpretação	Quanto maior o valor, maior é o benefício médio pago pela Previdência Social
Usos	Mostrar o valor médio transferido para os beneficiários permanentes ou de benefícios assistenciais continuados
Limitações	
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).

Método de cálculo	Valor médio dos benefícios
Categorias sugeridas	Regimes (RGPS, RPPS e SPSM) e níveis federativos (União, Estados e DF, Municípios)
Notas/Observações	Trata-se do valor médio dos benefícios ativos em julho (RPPS) ou dezembro (RGPS)

Indicador	Razão do valor do benefício sobre o salário de contribuição
Conceituação	Razão entre o valor médio dos benefícios (aposentadorias e pensões por morte) e o valor médio do salário-de-contribuição para a Previdência Social, em um dado ano.
Interpretação	A razão entre o benefício previdenciário médio e o rendimento médio do trabalho, que tende a ser revisado ou reajustado anualmente, pode ser tomada como um indicador relativo do padrão médio de vida dos beneficiários da Previdência Social.
Usos	Indicador de adequação dos benefícios previdenciários em relação à remuneração ou salário-de-contribuição
Limitações	Tem validade como indicativo de comparação entre o consumo médio de ativos (ocupados) e inativos (beneficiários), tomando-se o valor médio do rendimento do trabalho e dos benefícios como aproximação para o nível de consumo, mas não pode substituir indicadores como a Taxa de Reposição (TR), que relaciona o valor do benefício ao salário de contribuição pré-concessão de aposentadorias ou pensões por morte. Os dados disponíveis não permitem o cálculo da TR e são agregados, por regimes e entes, raramente permitindo análises de outras dimensões, como sexo. Vários fatores podem explicar as diferenças entre numerador e denominador, muitas das quais podem não ter relação com a Previdência Social. Não há dados perfeitamente harmonizados para a construção de uma série histórica, necessária para a adequada análise do indicador.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	[(valor do benefício dos atuais beneficiários ativos) / (salário de contribuição dos atuais contribuintes)]
Categorias sugeridas	RGPS: Brasil; RPPS: grandes regiões, estados, Distrito Federal e municípios.
Notas/Observações	

Indicador	Proporção de pessoas em situação de pobreza
Conceituação	Proporção da população com renda domiciliar per capita mensal abaixo da linha de pobreza. Para o cálculo da renda domiciliar per capita, separou-se os moradores que se declararam pensionistas (em relação à pessoa de referência do domicílio) e os empregados domésticos e seus parentes em domicílios separados do domicílio principal, com renda domiciliar calculada a partir do somatório das rendas individuais.
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior o número de pessoas que vivem em famílias sem o mínimo de renda para a subsistência, representada pela linha de pobreza

Usos	Dimensionar o contingente de pessoas de baixa renda; contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando grupos que requerem maior focalização por parte das políticas sociais; subsidiar a formulação, avaliação e reformulação de políticas distributivas; investigar o efeito de determinadas políticas/transferências sobre a situação socioeconômica da população.
Limitações	A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações. Séries históricas são afetadas por eventuais mudanças no valor real do salário-mínimo. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$[(n^{\circ} \text{ de pessoas com RDPC} < \text{linha de pobreza}) / (\text{população residente})] \times 100$
Categorias sugeridas	Sexo; raça/cor; idade simples; grupos etários; unidades federativas; regiões geográficas; Brasil.
Notas/Observações	

Indicador	Proporção simulada de pessoas em situação de pobreza, sem benefícios sociais
Conceituação	Proporção simulada da população com renda domiciliar per capita mensal abaixo da linha de pobreza, considerando o não-recebimento de benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e assistenciais continuados (principalmente BPC). Para o cálculo da renda domiciliar per capita, separou-se os moradores que se declararam pensionistas (em relação à pessoa de referência do domicílio) e os empregados domésticos e seus parentes em domicílios separados do domicílio principal, com renda domiciliar calculada a partir do somatório das rendas individuais.
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior o número de pessoas que vivem em famílias sem o mínimo de renda para a subsistência, representada pela linha de pobreza
Usos	Dimensionar o contingente de pessoas de baixa renda; contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando grupos que requerem maior focalização por parte das políticas sociais; subsidiar a formulação, avaliação e reformulação de políticas distributivas; investigar o efeito de determinadas políticas/transferências sobre a situação socioeconômica da população.

Limitações	Como a PNADC não identifica o regime previdenciário pagador dos benefícios, não há como diferenciar adequadamente os benefícios do RGPS e dos RPPS; diferenciar as clientela rural e urbana do RGPS; e identificar adequadamente os beneficiários de benefícios assistenciais. Tampouco é possível diferenciar os beneficiários com benefícios próprios (aposentados) dos beneficiários por dependência (pensão por morte). Além disso, a PNADC não permite a desagregação dos dados por município. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações. Séries históricas são afetadas por eventuais mudanças no valor real do salário-mínimo. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$\left[\frac{\text{n}^\circ \text{ de pessoas com RDPC} - \text{calculada sem o valor dos benefícios previdenciários e assistenciais continuados} - \text{inferior à linha de pobreza}}{\text{população residente}} \right] \times 100$
Categorias sugeridas	Sexo; raça/cor; idade simples; grupos etários; unidades federativas; regiões geográficas; Brasil.
Notas/Observações	

Indicador	Efeito simulado da ausência de benefícios sociais sobre a pobreza
Conceituação	Proporção de pessoas que seriam inseridas na condição de pobreza, caso não houve o repasse de benefícios previdenciários permanentes (aposentadorias e pensões) e assistenciais continuados (principalmente BPC).
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior seria o efeito do não pagamento de benefícios sociais sobre a taxa de pobreza
Usos	Investigar o efeito de determinadas políticas/transferências sobre a situação socioeconômica da população.
Limitações	Como a PNADC não identifica o regime previdenciário pagador dos benefícios, não há como diferenciar adequadamente os benefícios do RGPS e dos RPPS; diferenciar as clientela rural e urbana do RGPS; e identificar adequadamente os beneficiários de benefícios assistenciais. Tampouco é possível diferenciar os beneficiários com benefícios próprios (aposentados) dos beneficiários por dependência (pensão por morte). Além disso, a PNADC não permite a desagregação dos dados por município. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações. Séries históricas são afetadas por eventuais mudanças no valor real do salário-mínimo. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$\left[\frac{\text{((n}^\circ \text{ de pobres simulados com a dedução do valor dos benefícios na RDPC)} - \text{n}^\circ \text{ de pobres observado)}}{\text{população residente}} \right] \times 100$
Categorias sugeridas	Sexo; raça/cor; idade simples; grupos etários; unidades federativas; regiões geográficas; Brasil.
Notas/Observações	

Indicador	Parcela da fonte de rendimento no rendimento domiciliar per capita
Conceituação	Fatia ocupada pela fonte de renda no total de rendimentos
Interpretação	Quanto maior a parcela, maior o peso da fonte de renda para a renda domiciliar per capita
Usos	Avaliar a importância de determinada fonte de rendimento sobre a renda domiciliar
Limitações	A parcela da fonte é um indicador relativo, e não traz informações sobre valores absolutos, que estão mais diretamente ligados ao bem-estar econômico dos indivíduos. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$[(\text{valor total da fonte de rendimento}) / (\text{soma do rendimento de todas as fontes})] \times 100$
Categorias sugeridas	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação
Notas/Observações	

Indicador	Coefficiente de concentração da fonte de rendimento
Conceituação	Indicador baseado no Índice de Gini, quando se mantém o ordenamento da população pelo rendimento domiciliar per capita, mas estima-se a parcela da fonte de rendimento acumulada por cada fração da população.
Interpretação	Quando o coeficiente de concentração é superior ao Índice de Gini, então a fonte de rendimento contribui para o aumento da desigualdade. Coeficientes de concentração podem ser negativos; nesse caso, significa que a fonte de rendimento possui papel redistributivo.
Usos	Avaliar se uma fonte de rendimento atua no sentido de aumentar ou de diminuir a desigualdade de rendimentos
Limitações	O coeficiente de concentração não tem interpretação contrafactual, em função dos reordenamentos na distribuição que podem ocorrer quando da alteração da distribuição de uma determinada fonte de rendimento. Em vez disso, ele serve para análises de decomposição do indicador. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	O coeficiente de Gini é calculado como a razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é a, e a área abaixo da curva de Lorenz é b, então o coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1. O coeficiente de concentração é calculado de forma parecida, exceto que nesse caso a fração da renda acumulada refere-se à fonte de rendimento analisada.
Categorias sugeridas	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação

Notas/Observações	
Indicador	Contribuição da fonte de rendimento para o Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita
Conceituação	Peso de uma fonte de rendimento no Índice de Gini do rendimento domiciliar per capita
Interpretação	Quanto maior o valor, maior será a contribuição da fonte de rendimento para a desigualdade de renda
Usos	Avaliar a contribuição de uma fonte de rendimento para o Índice de Gini
Limitações	O coeficiente de concentração não tem interpretação contrafactual, em função dos reordenamentos na distribuição que podem ocorrer quando da alteração da distribuição de uma determinada fonte de rendimento. Em vez disso, ele serve para análises de decomposição do indicador. A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$[(\text{Parcela da fonte de rendimento no rendimento domiciliar per capita}) \times (\text{coeficiente de concentração da fonte de rendimento})]$. O coeficiente de Gini é calculado como a razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz. Se a área entre a linha de perfeita igualdade e a curva de Lorenz é a, e a área abaixo da curva de Lorenz é b, então o coeficiente de Gini é $a/(a+b)$. Esta razão se expressa como percentagem ou como equivalente numérico dessa percentagem, que é sempre um número entre 0 e 1.
Categorias sugeridas	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação
Notas/Observações	

Indicador	Percentual da população recidente de benefícios previdenciários e assistenciais continuados por décimos da distribuição da renda domiciliar per capita
Conceituação	Distribuição dos beneficiários por décimos da distribuição de rendimento domiciliar per capita
Interpretação	Quanto maior o indicador, maior é a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita situada entre os limites inferiores e superiores do décimo de renda que recebe benefícios previdenciários permanentes (aposentadorias e pensões) ou benefícios assistenciais continuados (principalmente BPC)
Usos	Identificar em que parcela da distribuição de rendimentos se situam as pessoas receptoras de benefícios previdenciários e assistenciais.
Limitações	A informação está baseada na “semana de referência” em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Os dados são autodeclarados ou fornecidos espontaneamente pelo respondente do questionário, podendo haver seletividade, imprecisão e/ou omissão de informações.
Fontes	PNADC/IBGE
Método de cálculo	$[(n^\circ \text{ de pessoas que recebem benefícios no décimo de renda}) / (n^\circ \text{ de pessoas com RDPC situada entre a linha de corte mínima e máxima do décimo de renda})] \times 100$

Categorias sugeridas	
Notas/Observações	

Indicador	Razão de dependência de idosos
Conceituação	Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (65 anos ou mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente, no ano considerado.
Interpretação	Mede a participação relativa do contingente populacional de idosos, potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente ativa/produtiva. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes.
Usos	Acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população, permitindo que se observe o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional. Indicador fundamental para orientar a formulação/reformulação de políticas previdenciárias.
Limitações	Eventuais falhas na metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais. O indicador pode não refletir, necessariamente, a razão de dependência econômica, em função de fatores que afetam o mercado de trabalho, implicando que o indicador seja analisado em combinação com outros.
Fontes	Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação, Revisão 2018, com desagregação por grupos de idade. Projeções populacionais da ONU.
Método de cálculo	$[(n^\circ \text{ de idosos de 65 anos ou mais de idade}) / (n^\circ \text{ de pessoas de 15 a 64 anos})] \times 100$
Categorias sugeridas	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação
Notas/Observações	

Indicador	Razão de dependência total
Conceituação	Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 64 e mais anos de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 64 anos de idade), na população residente, no ano considerado.
Interpretação	Mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes.
Usos	Acompanhar a evolução do grau de dependência econômica em uma determinada população, permitindo que se observe o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional. Indicador fundamental para orientar a formulação/reforma de políticas previdenciárias.
Limitações	Eventuais falhas na metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais. O indicador pode não refletir, necessariamente, a razão de dependência econômica, em função de fatores que afetam o mercado de trabalho, implicando que o indicador seja analisado em combinação com outros.
Fontes	Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação, Revisão 2018, com desagregação por grupos de idade. Projeções populacionais da ONU.

Método de cálculo	$\frac{[(n^\circ \text{ de pessoas de 0 a 14 anos}) + (n^\circ \text{ de idosos de 65 anos ou mais de idade})]}{(n^\circ \text{ de pessoas de 15 a 64 anos})} \times 100$
Categorias sugeridas	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação
Notas/Observações	

Indicador	Razão de dependência previdenciária
Conceituação	Razão entre os beneficiários (aposentados e pensionistas) e os contribuintes da previdência social.
Interpretação	Quantidade de beneficiários (aposentados e pensionistas) para cada contribuinte do sistema. Valores elevados indicam que o grupo de contribuintes deve sustentar uma grande proporção de beneficiários.
Usos	Indicador que ajuda a entender a condição de sustentabilidade do sistema de previdenciário, no sentido de que permite avaliar a forma como o sistema é impactado pelo envelhecimento populacional e/ou pelo mercado de trabalho, incluindo a cobertura previdenciária.
Limitações	Na PNADC, impossibilidade de calcular indicadores por regimes, já que a fonte não permite que se identifique a fonte pagadora dos benefícios. É possível apenas fazer esta diferenciação entre contribuintes. A informação está baseada na "semana de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações. Nos registros administrativos, limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida. Como não é possível identificar os casos de acumulação de benefícios entre e intra regimes, utiliza-se no numerador a quantidade de benefícios, não de beneficiários.
Fontes	PNADC/IBGE ou registros administrativos do Ministério da Previdência Social: dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	$\frac{[(n^\circ \text{ de beneficiários})]}{(n^\circ \text{ de contribuintes})} \times 100$
Categorias sugeridas	Na PNADC: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação. Nos registros administrativos: RGPS: clientela (urbana versus rural). RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios); SPSM.
Notas/Observações	

Indicador	Razão contribuintes/beneficiários
Conceituação	Razão entre contribuintes e beneficiários (aposentados e pensionistas) da previdência social.
Interpretação	Quantidade de contribuintes para cada beneficiário do sistema.
Usos	Indicador que ajuda a entender a condição de sustentabilidade do sistema de previdenciário, no sentido de que permite avaliar a forma como o sistema é impactado pelo envelhecimento populacional e/ou pelo mercado de trabalho, incluindo a cobertura previdenciária.

Limitações	Na PNADC, impossibilidade de calcular indicadores por regimes, já que a fonte não permite que se identifique a fonte pagadora dos benefícios. É possível apenas fazer esta diferenciação entre contribuintes. A informação está baseada na "semana de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada em um período específico. Trata-se de pesquisa amostral, então o indicador pode não ter significância estatística em certas desagregações. Nos registros administrativos, limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida. Como não é possível identificar os casos de acumulação de benefícios entre e intra regimes, utiliza-se no numerador a quantidade de benefícios, não de beneficiários.
Fontes	PNADC/IBGE ou registros administrativos do Ministério da Previdência Social: dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	$[1 / \text{razão de dependência previdenciária}] \times 100$
Categorias sugeridas	Na PNADC: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação. Nos registros administrativos: RGPS: clientela (urbana versus rural). RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios); SPSM.
Notas/Observações	

Indicador	Despesa nominal com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais continuados
Conceituação	Despesa anual, compreendendo o gasto com o pagamento de benefícios monetários, em valores nominais.
Interpretação	Volume de recursos dispendido com benefícios
Usos	Mostrar a dimensão da Previdência Social em termos do volume de sua despesa.
Limitações	Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Gastos com Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computados no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência Social. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	Somatório dos componentes de despesa previdenciária, em valores nominais.
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana versus rural); UF. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares); Total Geral.
Notas/Observações	

Indicador	Receitas dos regimes previdenciários
Conceituação	Valor total arrecadado pelos regimes previdenciários por meio de contribuições e outras fontes especificadas
Interpretação	Valores maiores indicam receitas maiores
Usos	Mostrar o volume de recursos arrecadados pela via da contribuição pelos diferentes regimes previdenciários

Limitações	Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Gastos com Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computados no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência Social. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	Somatório dos componentes de receita previdenciária, em valores nominais.
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana versus rural); UF. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares); Total Geral.
Notas/Observações	

Indicador	Resultado financeiro dos regimes previdenciários
Conceituação	Diferença entre as receitas previdenciárias e as despesas com pagamento de benefícios
Interpretação	Valores negativos indicam que as contribuições não são suficientes para financiar as despesas com benefícios
Usos	Avaliar a sustentabilidade do sistema previdenciário ou de seus regimes
Limitações	Ignora a existência de outras fontes de rendimento do sistema previdenciário, se concentrando somente na questão da contribuição. Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Gastos com Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computados no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência Social. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS).
Método de cálculo	Diferença entre as receitas de contribuições e as despesas com pagamento de benefícios
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana versus rural); UF. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares); Total Geral.
Notas/Observações	

Indicador	Despesas com o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais continuados como proporção do PIB
Conceituação	
Interpretação	Os valores mostram o peso relativo das despesas com benefícios em relação ao PIB
Usos	Mostrar a dimensão da Previdência Social em termos do volume de sua despesa.

Limitações	Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Gastos com Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computados no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência Social. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). Contas Nacionais/IBGE.
Método de cálculo	Somatório dos componentes de despesa previdenciária, em valores nominais, dividido pelo PIB nominal anual
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana versus rural); UF. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares); Total Geral.
Notas/Observações	

Indicador	Receitas dos regimes previdenciários como proporção do PIB
Conceituação	
Interpretação	Os valores mostram o peso relativo das receitas dos regimes previdenciários em relação ao PIB
Usos	Mostrar o volume de recursos arrecadados pela via da contribuição pelos diferentes regimes previdenciários
Limitações	Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Gastos com Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computados no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.
Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência Social. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). Contas Nacionais/IBGE.
Método de cálculo	Somatório dos componentes de receita previdenciária, em valores nominais, dividido pelo PIB nominal anual
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana versus rural); UF. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares); Total Geral.
Notas/Observações	

Indicador	Resultado financeiro dos regimes previdenciários como proporção do PIB
Conceituação	
Interpretação	Os valores mostram o peso relativo do resultado financeiro dos regimes previdenciários em relação ao PIB
Usos	Avaliar a sustentabilidade do sistema previdenciário ou de seus regimes
Limitações	Ignora a existência de outras fontes de rendimento do sistema previdenciário, se concentrando somente na questão da contribuição. Informações com desagregação limitada, notadamente nos RPPS. Gastos com Salário-Família e Salário Maternidade apenas parcialmente computados no RGPS; benefícios temporários - Salário-Família, Salário Maternidade, Auxílio-Doença, etc. - não computados nos RPPS; limitações na consolidação dos resultados de estados, DF e municípios, que nem sempre são informados a tempo e/ou com a padronização exigida.

Fontes	Registros administrativos do Ministério da Previdência Social. Dados publicados no Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) e no Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). Contas Nacionais/IBGE.
Método de cálculo	Diferença entre as receitas de contribuições e as despesas com pagamento de benefícios, dividido pelo PIB nominal anual
Categorias sugeridas	RGPS: clientela (urbana versus rural); UF. RPPS: total por ente (União, Estados e DF, Municípios; civis versus militares); Total Geral.
Notas/Observações	